



**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEPLAN**  
**Concurso Público para o Provimento de Cargos**  
**Analista Governamental**  
**Especialidade Planejamento e Orçamento**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L12', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

**Conhecimentos Básicos**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva-Estudo de Caso**

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

René Descartes publicou, em 1641, as Meditações sobre a Filosofia Primeira.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A ● C D E**
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

**Atenção:** Leia o trecho inicial do conto "O escrивão Coimbra", de Machado de Assis, para responder às questões de números 1 a 8.

*Aparentemente há poucos espetáculos tão melancólicos como um ancião comprando um bilhete de loteria. Bem considerado, é alegre; essa persistência em crer, quando tudo se ajusta ao descrer, mostra que a pessoa é ainda forte e moça. Que os dias passem e com eles os bilhetes brancos, pouco importa; o ancião estende os dedos para escolher o número que há de dar a sorte grande amanhã, – ou depois, – um dia, enfim, porque todas as coisas podem falhar neste mundo, menos a sorte grande a quem compra um bilhete com fé.*

*Não era a fé que faltava ao escrивão Coimbra. Também não era a esperança. Uma coisa não vai sem outra. Não confundas a fé na Fortuna com a fé religiosa. Também tivera esta em anos verdes e maduros, chegando a fundar uma irmandade, a irmandade de S. Bernardo, que era o santo de seu nome; mas aos cinquenta, por efeito do tempo ou de leituras, achou-se incrédulo.*

*Não deixou logo a irmandade; a esposa pôde contê-lo no exercício do cargo de mesário e levava-o às festas do santo; ela, porém, morreu, e o viúvo rompeu de vez com o santo e o culto. Resignou o cargo da mesa e fez-se irmão remido para não tornar lá. Não buscou arrastar outros nem obstruir o caminho da oração; ele é que já não rezava por si nem por ninguém. Com amigos, se eram do mesmo estado de alma, confessava o mal que sentia da religião. Com familiares, gostava de dizer pilhérias sobre devotas e padres.*

*Aos sessenta anos, já não cria em nada, fosse do céu ou da terra, exceto a loteria. A loteria sim, tinha toda a sua fé e esperança. Poucos bilhetes comprava a princípio, mas a idade e depois a solidão vieram apurando aquele costume e o levaram a não deixar passar loteria sem bilhete.*

*Nos primeiros tempos, não vindo a sorte grande, prometia não comprar mais bilhetes, e durante algumas loterias cumpria a promessa. Mas lá aparecia alguém que o convidava a ficar com um bonito número, comprava o número e esperava. Assim veio andando pelo tempo fora até chegar aquele em que loterias rimaram com dias, e passou a comprar seis bilhetes por semana; repousava aos domingos.*

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Contos: uma antologia**, volume II. São Paulo: Companhia das Letras, 1998)

1. No trecho *Uma coisa não vai sem outra*. (2º parágrafo), o narrador ressalta que
  - (A) a fé e a esperança andam juntas.
  - (B) a fé e a esperança estão ausentes.
  - (C) a esperança atrapalha a fé.
  - (D) a fé atrapalha a esperança.
  - (E) a sorte depende da fé e da esperança.

---

2. O narrador recorre a uma antítese em:
  - (A) *Não buscou arrastar outros nem obstruir o caminho da oração.*
  - (B) *Aparentemente há poucos espetáculos tão melancólicos como um ancião comprando um bilhete de loteria.*
  - (C) *essa persistência em crer, quando tudo se ajusta ao descrer, mostra que a pessoa é ainda forte e moça.*
  - (D) *o ancião estende os dedos para escolher o número que há de dar a sorte grande amanhã.*
  - (E) *a esposa pôde contê-lo no exercício do cargo de mesário e levava-o às festas do santo.*



3. A formal verbal em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado no seguinte trecho:
- (A) Poucos bilhetes **comprava** a princípio.
  - (B) e durante algumas loterias **cumpria** a promessa.
  - (C) lá **aparecia** alguém que o convidava a ficar com um bonito número.
  - (D) Aparentemente **há** poucos espetáculos tão melancólicos.
  - (E) Não **deixou** logo a irmandade.
- 
4. – Não comprei mais bilhetes – prometeu então o escrivão Coimbra.  
Ao se transpor o texto acima para o discurso indireto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:
- (A) compro
  - (B) compraria
  - (C) comprava
  - (D) comprara
  - (E) comprasse
- 
5. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) Assim veio andando pelo tempo fora até chegar aquele em que loterias rimaram com dias, e passou a comprar seis bilhetes por semana (5º parágrafo).
  - (B) Não buscou arrastar outros nem obstruir o caminho da oração; ele é que já não rezava por si nem por ninguém. (3º parágrafo).
  - (C) o ancião estende os dedos para escolher o número que há de dar a sorte grande amanhã (1º parágrafo).
  - (D) a idade e depois a solidão vieram apurando aquele costume e o levaram a não deixar passar loteria sem bilhete (4º parágrafo).
  - (E) Mas lá aparecia alguém que o convidava a ficar com um bonito número, comprava o número e esperava. (5º parágrafo).
- 
6. O narrador dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:
- (A) Com familiares, gostava de dizer pilhérias sobre devotas e padres. (3º parágrafo)
  - (B) A loteria sim, tinha toda a sua fé e esperança. (4º parágrafo)
  - (C) Não confundas a fé na Fortuna com a fé religiosa. (2º parágrafo)
  - (D) Aparentemente há poucos espetáculos tão melancólicos como um ancião comprando um bilhete de loteria. (1º parágrafo)
  - (E) Não era a fé que faltava ao escrivão Coimbra. Também não era a esperança. (2º parágrafo)
- 
7. não vindo a sorte grande, prometia não comprar mais bilhetes.  
Em relação ao trecho que o sucede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) concessão.
  - (B) causa.
  - (C) consequência.
  - (D) condição.
  - (E) oposição.
- 
8. Não era a fé que faltava ao escrivão Coimbra. Também não era a esperança. Uma coisa não vai sem outra. Não confundas a fé na Fortuna com a fé religiosa. Também tivera esta em anos verdes e maduros, chegando a fundar uma irmandade, a irmandade de S. Bernardo, que era o santo de seu nome; mas aos cinquenta, por efeito do tempo ou de leituras, achou-se incrédulo. (2º parágrafo)
- Nesse trecho, o narrador relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal sublinhada no texto:
- (A) vai.
  - (B) achou.
  - (C) faltava.
  - (D) era.
  - (E) tivera.

**Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico**

9. Os amigos André, Bernardo e Caio foram ao clube para correr, nadar ou remar. Cada um escolheu uma modalidade de esporte e eles podiam ser identificados pela cor única da camiseta que vestiam: branca, azul ou cinza.
- O portador da camiseta branca afirmou: "Não vou correr nem remar".
- O portador da camiseta azul afirmou: "Meu nome não é Bernardo nem Caio".
- O portador da camiseta cinza afirmou: "Nem eu nem Bernardo vamos correr".
- Diante dessas afirmações, pode-se concluir que
- (A) Caio estava de camiseta branca e escolheu remar.
- (B) Caio estava de camiseta cinza e escolheu correr.
- (C) Bernardo estava de camiseta azul e escolheu nadar.
- (D) André estava de camiseta branca e escolheu remar.
- (E) André estava de camiseta azul e escolheu correr.
- 
10. Seis livros devem ser arrumados em uma prateleira, de forma que três deles permaneçam sempre juntos. O número de maneiras possíveis para essa arrumação é
- (A) 144
- (B) 248
- (C) 196
- (D) 72
- (E) 120
- 
11. Uma dívida deverá ser paga trimestralmente, e o valor de cada pagamento será calculado, no final de cada trimestre, como 20% do saldo devedor naquele momento.
- Completado um ano, o saldo devedor corresponderá a
- (A) 40,96% do valor devido inicialmente.
- (B) 80,00% do valor devido inicialmente.
- (C) 72,20% do valor devido inicialmente.
- (D) 50,14% do valor devido inicialmente.
- (E) 60,08% do valor devido inicialmente.
- 
12. No lançamento de dois dados, pode-se calcular a soma e o produto dos números de pontos obtidos nas faces voltadas para cima. A probabilidade de a soma ser maior ou igual ao produto é
- (A)  $\frac{2}{3}$
- (B)  $\frac{1}{6}$
- (C)  $\frac{1}{3}$
- (D)  $\frac{1}{4}$
- (E)  $\frac{1}{2}$
- 
13. Sabe-se que exatamente 15 sacos de um lote de 50 sacos de frutas pesam, cada um, 12 kg. Sabe-se ainda que o peso médio de todos os sacos desse lote é 9,2 kg. O peso médio dos 35 sacos restantes é
- (A) 10,2
- (B) 11
- (C) 9
- (D) 7,5
- (E) 8

**Tecnologia da Informação**

14. Um usuário, após selecionar os dados, poderá criar um gráfico dinâmico no Microsoft Excel 2019, em português, para analisar as vendas mensais de uma organização a partir da guia
- (A) "Inserir" e da opção "Gráfico Dinâmico".
  - (B) "Dados" e da opção "Gráficos Complexos".
  - (C) "Exibir" e da opção "Gráfico Dinâmico".
  - (D) "Inserir" e da função "Classificar".
  - (E) "Dados" e da opção "Criar Gráfico Dinâmico".
- 
15. Para garantir que apenas determinados usuários possam editar um arquivo específico no Microsoft Windows 11, em português, um usuário precisa personalizar suas permissões. Isso pode ser feito clicando
- (A) na guia "Arquivo", depois em "Permissões" e na opção "Personalizar".
  - (B) com o botão direito do mouse no arquivo, selecionando "Propriedades", navegando até a guia "Segurança" e ajustando as permissões conforme necessário.
  - (C) na guia "Compartilhar" e na opção "Personalizar Permissões" para configurar as permissões do arquivo selecionado.
  - (D) na função "Controlar Alterações" da guia "Ferramentas", após selecionar o arquivo em que deseja alterar as permissões.
  - (E) com o botão direito do mouse sobre o arquivo, depois na opção "Copiar" e na opção "Autorizar" em uma pasta com permissões configuradas.
- 
16. No Microsoft PowerPoint 365, em português, um usuário pode conceder acesso a pessoas ou restringi-las de editar, copiar ou imprimir uma apresentação a partir de um clique na guia
- (A) "Arquivo", em "Compartilhar", em "Definir Pessoas" e em "Restringir Permissões".
  - (B) "Revisão", em "Controlar Versões", em "Proteção" e em "Restringir Acesso".
  - (C) "Arquivo", em "Informações", em "Proteger Apresentação" e em "Restringir Acesso".
  - (D) "Revisão", em "Documento", em "Proteger" e em "Restringir Acesso".
  - (E) "Inserir", em "Restrição" e em "Bloquear Acesso".
- 
17. Um usuário está utilizando o Microsoft Teams para colaborar com sua equipe e, para agendar uma reunião que ocorre na mesma data e horário semanalmente, deve
- (A) ir à guia "Tarefas", selecionar "Nova Reunião", configurar os detalhes, incluindo data e hora, selecionar a periodicidade "Semanal" e salvar a reunião.
  - (B) ir à guia "Equipes", clicar em "Agendar Reunião", clicar em "Configurações", definir a data e hora, marcar a opção "Semanalmente" e salvar a reunião.
  - (C) usar a guia "Chat" para agendar a reunião e selecionar a opção "Recorrente" após definir os detalhes como data e hora.
  - (D) ir à guia "Calendário", clicar em "Nova Reunião", configurar os detalhes (incluindo data, hora e selecionando "Semanalmente") e clicar no botão "Salvar".
  - (E) selecionar a guia "Atividades", escolher "Agendar Reunião", definir a data e hora, selecionar "Recorrente" e salvar a reunião.

**Economia**

18. Ao considerarmos a dinâmica das interações entre os agentes econômicos, tem-se que
- I. a relação agente-principal é aplicável ao setor público.
  - II. o risco moral altera o comportamento dos indivíduos.
  - III. uma assimetria de informações caracterizada pela insuficiência destas pode levar as autoridades a atuarem por meio de regulação.
  - IV. o mercado de crédito é exemplo de setor sem informações assimétricas.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e IV, apenas.
  - (B) I, III e IV, apenas.
  - (C) II, III e IV, apenas.
  - (D) I, II e III, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.



19. Dentre os elementos constituintes do Plano Real, identifica-se a
- (A) decisão por deixar de utilizar instrumentos transitórios que funcionassem como unidade de conta no sistema monetário e nos contratos.
- (B) definição de uma âncora cambial, para dificultar as importações e seus impactos sobre os preços internos.
- (C) manutenção de baixas taxas de juros internas, formando-se a chamada âncora monetária.
- (D) atenção inicial dada ao controle da moeda, sendo a dimensão fiscal tratada na sequência.
- (E) busca de implementação gradual, com consequente ausência de um ambiente de surpresas.
- 
20. Para a compreensão da crise financeira internacional ocorrida em 2008 e de suas lições possíveis, deve-se considerar
- (A) a necessidade de os bancos centrais venderem títulos financeiros podres ao mercado, para aliviar a crise de liquidez das instituições financeiras.
- (B) que, no Brasil, sentiu-se uma crise de liquidez em moeda local, o que deixou de ser verificado em relação à moeda estrangeira.
- (C) vigoroso processo de regulação financeira restritiva, em nível internacional, nas décadas anteriores.
- (D) a construção de um ambiente de "financiamento Ponzi" no mercado norte-americano de crédito imobiliário.
- (E) que houve grande foco nos riscos integrados, mas não foram considerados os riscos individuais.
- 
21. A seguir são fornecidos dados dos resultados fiscais do setor público para o ano de 2023, apresentados pelo Tesouro Nacional, em R\$ milhões.

	Governo Central Consolidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Governo Geral
Receita	2.778.647	1.359.352	1.123.070	4.103.878
Juros	307.226	22.382	43.412	281.579
Despesa	3.530.312	1.455.850	1.105.045	4.934.016
Juros	856.764	116.138	8.905	890.366

Com base nesses dados, tem-se que a necessidade líquida de financiamento

- (A) primária caiu para o Governo Central.
- (B) primária caiu para os Governos Municipais.
- (C) primária aumentou para os Governos Estaduais.
- (D) nominal caiu para o Governo Geral.
- (E) nominal aumentou para os Governos Municipais.

#### Ciências Políticas

22. Max Weber (1864-1920) definiu "dominação" como "[...] a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis [...]", "em cada caso individual, a 'dominação' [...] assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins".

(Adaptado de: WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v.1. 3.ed. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 33 e 139)

Considere as seguintes situações de dominação:

- I. Antônio Conselheiro, há vinte e dois anos, desde 1874, era famoso em todo o interior do norte e mesmo nas cidades do litoral até onde chegavam, entretecidos de exageros e quase lendários, os episódios mais interessantes de sua vida romanesca; dia a dia ampliava o domínio sobre as gentes sertanejas; vinha de uma peregrinação incomparável, de um quarto de século, por todos os recantos do sertão, onde deixara como enormes marcos, demarcando-lhe a passagem, as torres de dezenas de igrejas que construira [...].
- (Adaptado de: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. pp. 227-228)
- II. Ora, K. havia anunciado para aquela noite sua visita a Elsa, e já por esse motivo não podia ir ao tribunal; estava contente por ter essa justificativa para não comparecer [...]. De qualquer modo, consciente do seu direito, perguntou pelo telefone o que aconteceria caso não se apresentasse. – Saberão encontrá-lo – foi a resposta. – E serei punido por não ir voluntariamente? – perguntou K. e sorriu à espera do que iria ouvir. – Não – foi a resposta. – Excelente – disse K. – Que motivo então eu deveria ter para atender à convocação de hoje? – Não é costume aticar contra si mesmo os instrumentos de poder do tribunal – disse a voz que, cada vez mais fraca, acabou por se extinguir.
- (Adaptado de: KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2005. pp. 209-210)
- III. [...] A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de 'raça' e de 'religião' do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora [...]. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos da terra. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. "Feias e fortes". Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia [...].
- (Adaptado de: Gilberto Freyre, **Casa-grande & Senzala**. 43.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. pp. 47 e 50)

As situações apresentadas correspondem, respectivamente, aos seguintes tipos puros de dominação legítima de Max Weber:

- (A) Carismática – Tradicional – Legal.
- (B) Legal – Carismática – Tradicional.
- (C) Tradicional – Legal – Carismática.
- (D) Carismática – Legal – Tradicional.
- (E) Tradicional – Carismática – Legal.



23. *O fato de que o conflito seja uma característica definidora da política está na raiz do desconforto em relação à própria política. Com frequência, ela aparece como um veículo para sua própria superação: a harmonia, que é a ausência de discórdia, é o traço comum aos diversos mitos e utopias políticos. Mas também é uma característica das distopias, marcadas pela ausência de contestação [...]. O antagonismo político é, assim, uma manifestação de resistência aos padrões de dominação vigentes na sociedade [...]. A ideia de um consenso de base em relação aos valores ético-políticos é inconcebível, caso a realidade da dominação seja levada em conta – a não ser que se imagine que os interesses sejam deixados de lado na busca desse consenso, isto é, que se mergulhe uma vez mais no idealismo e na negação da política.*

(Adaptado de: MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo"**. São Paulo; Lua Nova, 1992, pp. 13-43, 2014)

O texto acima corresponde

- (A) a uma argumentação a respeito da antinomia entre política e conflito em um cenário de institucionalidade democrática, de vigência do Estado de direito.
- (B) à percepção de que, por conta da dominação política transparecida pela violência cotidiana, só existe a busca por consenso no jogo democrático.
- (C) a uma defesa das teorias políticas contemporâneas que conferem primazia ao consenso e ao debate democrático racional e livre, como John Rawls e Jürgen Habermas.
- (D) à necessidade de superar o conflito por meio da atenuação do sentimento de injustiça causado pela ausência de reconhecimento público a determinados atores políticos.
- (E) à irredutibilidade do conflito nas relações políticas em face da manutenção de diversas formas de dominação ao longo do tempo, inclusive no interior da própria democracia liberal.
- 
24. Nesta forma de Estado, o poder não é concentrado, está distribuído em centros de poder regionais com autonomia política e administrativa em um dado território, cabendo à autoridade central garantir a unidade política e econômica entre eles e exercer determinadas competências, como as que estão relacionadas à política externa, à defesa e à economia.

A forma de Estado definida acima e um exemplo de sua ocorrência, respectivamente, são:

- (A) Estado federativo – Rússia.
- (B) Estado unitário – Uruguai.
- (C) Monarquia constitucional – Reino Unido.
- (D) República – Brasil.
- (E) Presidencialismo – Chile.

#### Legislação Estadual

25. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, compete aos Secretários de Estado, dentre outras atribuições, encaminhar à Assembleia Legislativa informações pedidas por escrito e especificadamente pela Mesa Diretora, importando crime de responsabilidade a recusa, o fornecimento de informações falsas, ou o não atendimento no prazo de
- (A) 30 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 25 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 20 dias.
- 
26. Considere a situação hipotética: Eutênia é servidora pública do Estado do Piauí e, injustificadamente, recusou-se a ser submetida a inspeção médica determinada pela autoridade competente. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 13/1994), Eutênia será punida com
- (A) advertência, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (B) suspensão de até 30 dias, não cessando os efeitos da penalidade com o cumprimento da determinação.
- (C) suspensão de até 30 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (D) advertência, não cessando os efeitos da penalidade caso seja cumprida a determinação.
- (E) suspensão de até 15 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.



27. Nos termos da Lei do Processo Administrativo do Estado do Piauí (Lei nº 6.782/2016), a propositura de demanda judicial em face do ato ou contrato administrativo
- (A) suspenderá o procedimento administrativo instaurado para fins de análise de sua invalidade, mas não implicará na renúncia de eventual recurso administrativo interposto pelo interessado.
  - (B) não suspenderá o procedimento administrativo instaurado para fins de análise de sua invalidade, e não implicará na renúncia de eventual recurso administrativo interposto pelo interessado.
  - (C) suspenderá o procedimento administrativo instaurado para fins de análise de sua invalidade, e implicará na renúncia de eventual recurso administrativo interposto pelo interessado.
  - (D) acarretará a imediata extinção do procedimento administrativo instaurado para fins de análise de sua invalidade, tendo em vista disposição legal expressa nesse sentido.
  - (E) não suspenderá o procedimento administrativo instaurado para fins de análise de sua invalidade, mas implicará na renúncia de eventual recurso administrativo interposto pelo interessado.

### Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

28. Na bandeira do estado do Piauí está estampada a data de 13 de março de 1823 correspondente à Batalha de Jenipapo. A escolha dessa data tem relação com
- (A) a tomada de Oeiras por Manoel de Sousa Martins, autoproclamado presidente da Junta de Governo do Piauí, após intensa guerra travada com o militar português João José da Cunha Fidié, que havia arregimentado tropas, em Parnaíba, para manter a dominação portuguesa.
  - (B) a importância da mobilização popular que marcou essa sangrenta batalha contra a tentativa de manutenção do poder colonial português, tornando-se um marco da resistência contra as tropas portuguesas.
  - (C) a vitória nessa batalha, apesar do grande número de baixas, dos combatentes que reconheciam a independência do Brasil e a legitimidade de D. Pedro I, contra as tropas que lutavam a favor da permanência do poderio de Portugal.
  - (D) o aperfeiçoamento de estratégias de guerrilha rural, desenvolvida após essa batalha, e que levou os independentistas a se organizarem em pequenos bandos muito bem armados, garantindo a vitória na luta contra os portugueses ao longo do ano de 1823.
  - (E) a libertação da província do Piauí dos domínios da Bahia, que nutria fortes elos políticos e econômicos com a Coroa Portuguesa, responsável pelo envio de tropas para manter o controle de Ceará e Piauí, após seus governos aderirem à independência.
29. Sobre a história de Teresina como capital do Piauí, cabe destacar sua
- (A) origem como Vila Nova do Poti, antes de se tornar capital, apresentando arquitetura típica colonial visível no casario do centro histórico, do qual é exemplo o casarão que abriga o Museu do Piauí.
  - (B) importância econômica no século XIX, com o início de atividade de mineração, vindo a se constituir na mais populosa cidade do estado.
  - (C) oficialização como tal em 1852, após o título ser ocupado primeiramente por Parnaíba, depois por Oeiras e a mudança ocorrer com o objetivo de facilitar a comunicação e intensificar o comércio com o Maranhão.
  - (D) localização distante do litoral do estado, diferentemente de outras capitais nordestinas e em consonância com um processo de ocupação que ocorreu do sertão para o litoral.
  - (E) denominação em razão do falecimento da imperatriz Teresa Cristina, então homenageada por meio da construção de uma cidade planejada e arborizada.
30. O Parque Nacional da Serra da Capivara, considerado Patrimônio Mundial pela Unesco, tem reconhecida importância histórica e arqueológica, pois
- (A) os fósseis humanos descobertos nos anos 1970 pela arqueóloga Niède Guidon, fundamentalmente ossadas enterradas há dezenas de milhares de anos, revolucionaram as datações sobre a presença humana nas Américas por serem mais antigos que o crânio de Luzia, encontrado em Minas Gerais.
  - (B) assegura a preservação do bioma do cerrado, predominante na região, visto que foi constituído também como uma Área de Preservação Permanente (APP) onde são desenvolvidas atividades junto às comunidades locais visando o desenvolvimento sustentável, como a produção de cerâmica e a apicultura.
  - (C) possui uma alta concentração de sítios arqueológicos, alguns deles apresentando as mais antigas pinturas rupestres encontradas no continente americano e que revelam predominantemente cenas de cultivo e práticas agrícolas rudimentares.
  - (D) os vestígios lá encontrados contribuíram para contestar antigas teorias sobre a ocupação humana na América do Sul, a exemplo daquela que supunha a chegada de grupos humanos à região, após emigração da Ásia e a travessia pelo Estreito de Behring.
  - (E) apresenta paisagens que resultam das principais e mais antigas formações geológicas do Nordeste: a bacia sedimentar Maranhão-Piauí e a depressão periférica do rio São Francisco, ambas indicando que tais formações bem como o clima semiárido, vêm se mantendo inalterados há milhões de anos na região.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Contabilidade Geral

**Atenção:** O enunciado a seguir se destina à resolução das questões de números 31 e 32.

A empresa Boa Prova S.A. apresentou, em 30/11/2021, os seguintes demonstrativos financeiros:

<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Empresa Boa Prova S.A. – 01/01/2021 a 30/11/2021</b>			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 470.000,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 345.000,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 50.000,00	Fornecedores	R\$ 70.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 120.000,00	Salários a pagar	R\$ 80.000,00
Estoques	R\$ 100.000,00	Dividendos a pagar	R\$ 45.000,00
Clientes	R\$ 200.000,00	Provisões	R\$ 150.000,00
		<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>R\$ 172.000,00</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>R\$ 425.000,00</b>	Financiamento	R\$ 172.000,00
Investimentos	R\$ 300.000,00		
Ativo imobilizado	R\$ 90.000,00	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>R\$ 378.000,00</b>
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 10.000,00	Capital social	R\$ 230.000,00
Ativo intangível	R\$ 50.000,00	Reserva legal	R\$ 30.000,00
(-) Amortização acumulada	-R\$ 5.000,00	Reserva de contingência	R\$ 25.000,00
		Lucro acumulado	R\$ 93.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>R\$ 895.000,00</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>R\$ 895.000,00</b>

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	
<b>Empresa Boa Prova S.A. – 01/01/2021 a 30/11/2021</b>	
	<b>Total</b>
<b>Receita Líquida de Venda</b>	<b>R\$ 400.000,00</b>
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	-R\$ 250.000,00
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>
<b>(-) Despesas Gerais</b>	<b>-R\$ 115.000,00</b>
(-) Depreciação	-R\$ 10.000,00
(-) Amortização	-R\$ 5.000,00
(-) Administrativas e comerciais	-R\$ 100.000,00
<b>(-/+ Despesas/Receitas Financeiras</b>	<b>R\$ 8.000,00</b>
(+) Receitas financeiras	R\$ 8.000,00
<b>(-/+ Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>R\$ 93.000,00</b>

Durante o mês de dezembro, ocorreram os seguintes eventos econômicos na empresa Boa Prova S.A.:

- I. Reconhecimento de dividendos distribuídos por empresa investida no valor de R\$ 150.000,00, à vista. A empresa Boa Prova S.A. tem participação de 20% no capital social da investida;
  - II. Venda de mercadorias à vista no valor de R\$ 100.000,00, sendo que o custo das mercadorias vendidas correspondente foi de R\$ 40.000,00;
  - III. Identificação de passivo contingente, cuja saída de benefícios econômicos futuros é considerada possível, no valor de R\$ 80.000,00;
  - IV. Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 7.000,00;
  - V. Reconhecimento de despesa financeira no valor de R\$ 6.500,00.
31. Com base apenas nas informações fornecidas, o correto tratamento contábil dado a um dos eventos econômicos ocorridos durante o mês de dezembro de 2021, na empresa Boa Prova S.A., é observado em:
- (A) Débito em Clientes no valor de R\$ 100.000,00; Crédito em Receita de Vendas no valor de R\$ 100.000,00; Crédito em Estoques no valor de R\$ 40.000,00; e Débito em Custo das Mercadorias Vendidas no valor de R\$ 40.000,00.
  - (B) Crédito em Passivo Contingente no valor de R\$ 80.000,00; e Débito em Despesa com Passivo Contingente no valor de R\$ 80.000,00.
  - (C) Crédito em Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativo no valor de R\$ 7.000,00; e Débito em Despesa com Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativo no valor de R\$ 7.000,00.
  - (D) Crédito em Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 6.500,00; e Débito em Despesa Financeira no valor de R\$ 6.500,00.
  - (E) Crédito em Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 30.000,00; e Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 30.000,00.



32. Com base apenas nas informações fornecidas e considerando os eventos econômicos ocorridos durante o mês de dezembro, o Balanço Patrimonial da empresa Boa Prova S.A. apresentará, em 31/12/2021, saldo de
- (A) Lucro Acumulado no valor de R\$ 139.500,00.
  - (B) Ativo Não Circulante no valor de R\$ 418.000,00.
  - (C) Total do Passivo (Circulante e Não Circulante) no valor de R\$ 603.500,00.
  - (D) Total do Passivo (Circulante e Não Circulante) mais Patrimônio Líquido no valor de R\$ 901.500,00.
  - (E) Ativo Circulante no valor de R\$ 600.000,00.

33. Em setembro de 2020, uma empresa do setor industrial produziu 15.000 unidades de seu único produto, mas vendeu apenas 10.000 unidades no período pelo preço líquido unitário de venda de R\$ 150,00. No período, a empresa apresentou a seguinte estrutura de gastos:

	R\$
Matéria-prima (por unidade)	20,00
Materiais (por unidade)	10,00
Embalagem (por unidade)	5,00
Mão de obra direta (por unidade)	15,00
Frete sobre vendas (por unidade)	12,50
Comissão sobre vendas (por unidade)	7,50
Depreciação de maquinário utilizado no processo produtivo (mensal)	45.000,00
Aluguel da fábrica (mensal)	30.000,00
Energia elétrica da fábrica (mensal)	15.000,00
Salário dos administradores (mensal)	22.500,00
Outras despesas (mensal)	65.000,00

Admita que houve saldo remanescente de estoques de produtos acabados, advindo do mês de agosto, de 1.000 unidades pelo custo total unitário de R\$ 50,00. Considerando que a empresa utiliza o Método de Custeio por Absorção Parcial e o critério de avaliação de estoques "Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair", o custo das mercadorias vendidas e a margem bruta, auferidos em setembro de 2020 pela empresa, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 581.000,00; 919.000,00
  - (B) 567.500,00; 932.500,00
  - (C) 554.000,00; 946.000,00
  - (D) 680.000,00; 820.000,00
  - (E) 509.000,00; 991.000,00
34. De acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, um ativo contingente passa a ser considerado um ativo de fato e deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial de uma empresa, quando a entrada de benefícios econômicos futuros for considerada
- (A) recebida.
  - (B) praticamente certa.
  - (C) possível.
  - (D) provável, mas não praticamente certa.
  - (E) remota.

35. A Lei nº 6.404/1976, e suas alterações, preveem diferentes tipos de reservas de lucros que podem ser constituídas pelas empresas. Assim, analise:
- I. A reserva de contingência tem por fim compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado;
  - II. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do patrimônio líquido e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital;
  - III. A reserva de incentivos fiscais se pode destinar a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Em relação à finalidade das reservas, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.



36. A empresa Sunrise S.A. apresentou, em 31/12/2022, Patrimônio Líquido total no valor de R\$ 850.000,00. Durante o ano de 2023, no entanto, as seguintes movimentações do Patrimônio Líquido da entidade foram identificadas:

- Lucro líquido do período	R\$ 200.000,00
- Aquisição de ações da própria companhia	R\$ 50.000,00
- Integralização de capital pelos sócios em dinheiro	R\$ 100.000,00
- Destinação do lucro para reserva legal	5%
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios	25%
- Destinação do lucro para reserva de contingência	10%
- Incorporação de reservas ao capital	R\$ 40.000,00
- Destinação do lucro para dividendos adicionais	5%

Com base nas informações fornecidas, o Patrimônio Líquido total da empresa Sunrise S.A., em 31/12/2023, foi de, em reais,

- (A) 1.080.000,00  
 (B) 1.050.000,00  
 (C) 1.010.000,00  
 (D) 1.040.000,00  
 (E) 1.140.000,00

37. A empresa Piedade S.A. atua no segmento industrial e seu departamento contábil disponibilizou as informações apresentadas a seguir.

	Balanco Patrimonial 31/12/2022	Balanco Patrimonial 31/12/2023
<b>Ativo</b>	<b>R\$ 39.500.000,00</b>	<b>R\$ 44.800.000,00</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 18.000.000,00</b>	<b>R\$ 19.050.000,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 5.000.000,00	R\$ 7.550.000,00
Estoques	R\$ 3.000.000,00	R\$ 4.500.000,00
Clientes	R\$ 10.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>R\$ 21.500.000,00</b>	<b>R\$ 25.750.000,00</b>
Imobilizado	R\$ 24.000.000,00	R\$ 29.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	- R\$ 2.500.000,00	- R\$ 3.250.000,00
<b>Passivo + PL</b>	<b>R\$ 39.500.000,00</b>	<b>R\$ 44.800.000,00</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 10.500.000,00</b>	<b>R\$ 11.400.000,00</b>
Fornecedores	R\$ 6.500.000,00	R\$ 9.200.000,00
Salários a Pagar	R\$ 1.000.000,00	R\$ 400.000,00
Impostos a Pagar	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.800.000,00
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>R\$ 16.000.000,00</b>	<b>R\$ 20.000.000,00</b>
Empréstimos	R\$ 16.000.000,00	R\$ 20.000.000,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>R\$ 13.000.000,00</b>	<b>R\$ 13.400.000,00</b>
Capital Social	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
Reservas	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.400.000,00

Demonstração do Resultado do Exercício	
Empresa Piedade S.A. – 31/12/2023	
	Total
<b>Receita Líquida de Venda</b>	<b>R\$ 14.000.000,00</b>
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	- R\$ 10.050.000,00
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>R\$ 3.950.000,00</b>
<b>(-) Despesas Gerais</b>	<b>- R\$ 3.550.000,00</b>
(-) Depreciação	- R\$ 750.000,00
(-) Administrativas e Comerciais	- R\$ 2.000.000,00
(-) Salários	- R\$ 800.000,00
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>R\$ 400.000,00</b>

Com base apenas nas informações fornecidas e na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais da empresa Piedade S.A., em 31/12/2023, foi de, em reais,

- (A) 2.550.000,00  
 (B) 1.150.000,00  
 (C) 4.000.000,00  
 (D) 2.800.000,00  
 (E) 3.550.000,00

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

38. Classifica-se como propriedade para investimento, de acordo com a NBC TSP 06,
- (A) uma propriedade mantida para fornecer serviço social e que também gera entradas de caixa.
  - (B) um terreno mantido para uso futuro ainda não definido.
  - (C) uma propriedade arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro.
  - (D) uma sala comercial utilizada e mantida para finalidades administrativas.
  - (E) uma propriedade em construção ou desenvolvimento por conta de terceiros.
- 
39. Considere as seguintes informações extraídas das demonstrações contábeis de um ente público referentes ao exercício financeiro de 2023. Os valores estão expressos em R\$:
- |   |              |
|---|--------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa em 31/12/2023 .....               | 3.563.000,00 |
| Ingressos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados .....  | 523.000,00   |
| Despesas Correntes Empenhadas .....                             | 8.900.000,00 |
| Despesas de Capital Empenhadas .....                            | 3.850.000,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados em 31/12/2023 ..... | 370.000,00   |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados em 31/12/2023 .....     | 1.270.000,00 |
| Outras Movimentações Financeiras Recebidas .....                | 620.000,00   |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários .....                    | 197.000,00   |
| Pagamentos Extraorçamentários .....                             | 1.915.000,00 |
| Receitas Correntes Realizadas .....                             | 8.523.000,00 |
| Receitas de Capital Realizadas .....                            | 3.957.000,00 |
| Total dos Atos Potenciais Ativos em 31/12/2023 .....            | 821.000,00   |
| Total dos Atos Potenciais Passivos em 31/12/2023 .....          | 710.000,00   |
| Transferências Financeiras Recebidas .....                      | 1.654.000,00 |
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado financeiro referente ao ano de 2023, apurado por meio do Balanço Financeiro, foi
- (A) negativo de R\$ 270.000,00.
  - (B) positivo de R\$ 6.123.000,00.
  - (C) positivo de R\$ 6.012.000,00.
  - (D) positivo de R\$ 2.449.000,00.
  - (E) positivo de R\$ 809.000,00.
- 
40. O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta o valor
- (A) da receita prevista com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria como Ativo Financeiro.
  - (B) de depósito em caução recebido em dinheiro como Ativo Permanente.
  - (C) do lançamento de receita de Impostos como Ativo Permanente.
  - (D) da despesa empenhada com Inversões Financeiras como Passivo Permanente.
  - (E) da apropriação mensal do 13º salário como Passivo Financeiro.
- 
41. Os resultados de execução orçamentária, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, e patrimonial, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são impactados, respectivamente,
- (A) pelo empenho de despesas de capital e pelo ajuste de perdas de estoques.
  - (B) pelo pagamento de restos a pagar e pela apropriação mensal de férias.
  - (C) pelo pagamento de despesas correntes e pelo recebimento de depósito em caução.
  - (D) pelo recebimento antecipado de tributos e pelo empenho de despesas correntes.
  - (E) pela arrecadação de impostos e pela amortização do principal de operações de crédito.
- 
42. No Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2023 de um ente estadual, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, constata-se
- (A) saldo positivo da dotação quando a dotação inicial das despesas orçamentárias é inferior às despesas orçamentárias empenhadas no referido exercício.
  - (B) superávit de execução orçamentária quando as receitas orçamentárias realizadas são superiores às despesas orçamentárias pagas no referido exercício.
  - (C) insuficiência de arrecadação quando a previsão inicial das receitas orçamentárias é superior às receitas orçamentárias lançadas no referido exercício.
  - (D) excesso de arrecadação quando a previsão atualizada das receitas orçamentárias é inferior às receitas orçamentárias realizadas no referido exercício.
  - (E) saldo positivo da dotação quando a dotação inicial das despesas orçamentárias é superior às despesas orçamentárias pagas no referido exercício.



43. De acordo com a NBC TSP 03 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e o reconhecimento de sua constituição deve ser efetuado na natureza de informação orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (B) ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e o reconhecimento de sua constituição deve ser efetuado na natureza de informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (C) provisão é um passivo de prazo ou valor incerto e o reconhecimento de sua constituição deve ser efetuado na natureza de informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (D) provisão é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e o reconhecimento de sua constituição deve ser efetuado na natureza de informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (E) provisão é uma obrigação presente que decorre de eventos passados e o reconhecimento de sua constituição deve ser efetuado na natureza de informação orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
44. Contas contábeis da classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são utilizadas para o registro contábil
- (A) da liquidação de despesa com Pessoal e Encargos Sociais.
  - (B) de passivos contingentes decorrentes de causas trabalhistas.
  - (C) do lançamento de receita com Impostos.
  - (D) da redução ao valor recuperável de bens intangíveis.
  - (E) da obtenção de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.

### Planejamento

45. Nas últimas décadas, inúmeras políticas sociais de combate à pobreza e distribuição de renda foram implementadas no Brasil, observando-se diferentes resultados quanto aos objetivos alcançados. Sobre as características dessas políticas no período mais recente:
- (A) Os beneficiários das políticas sociais conformaram um eleitorado com importância política marginal, sendo pouco significativos para as seguidas eleições majoritárias no país.
  - (B) A transição democrática caracterizou-se pelo imobilismo da sociedade civil, como reflexo do regime autoritário anterior, com os avanços sociais ficando a cargo das novas instituições.
  - (C) Com a criação de inúmeros programas país a fora, obteve-se a universalização dos direitos sociais, o que pôs fim à questão social e a séculos de fome e pobreza.
  - (D) A redução das desigualdades sociais observada é explicada pela trajetória de extensão dos direitos assegurados pela Constituição de 1988, como aposentadoria, saúde e educação.
  - (E) O acesso aos direitos sociais, instituídos com o retorno da democracia em 1985, requeria um vínculo formal de trabalho, representado pela Carteira de Trabalho.

46. *Em seus inúmeros e instigantes ensaios sobre a natureza do subdesenvolvimento, Celso Furtado alerta para os riscos de que dinâmicas de modernização, embaladas pelo ritmo vertiginoso da diversificação do consumo, prevaleçam sobre trajetórias de mudança estrutural, estas capazes de romper efetivamente com nossa condição periférica e seus corolários. [...] É ainda Furtado quem nos recorda que nas economias desenvolvidas, notadamente nas europeias, o grande diferencial da expansão do capitalismo do pós-guerra foi ter promovido um processo de equalização das oportunidades, o que levou sociedades a se tornarem mais iguais, mais homogêneas. [...] A política social dos anos 2000 apostou no aprofundamento e diversificação do consumo de massa e na intervenção do Estado, visando lastrear a acumulação financeira também na esfera da reprodução social. Essa dinâmica se acelera e se consolida, inibindo trajetórias de mudança estrutural, na contramão do recomendado por pensadores latino-americanos que, como Celso Furtado, idealizaram a superação do subdesenvolvimento. O binômio fortalecimento do mercado interno e industrialização foi substituído por reprimarização e financeirização, com a preservação da nossa arraigada heterogeneidade estrutural.*

(Adaptado de: LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. **Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização**. Novos Estudos, v. 37, n.2, p. 191-211, 2018)

A contradição fundamental da trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro mais recente de que trata o texto acima é:

- (A) Houve uma trajetória de mudança estrutural do Brasil, com a retração das atividades do agronegócio, da mineração e da financeirização da economia.
- (B) A dinâmica de modernização verificada na década de 2000, com o predomínio do setor primário e do setor financeiro, significou a superação do subdesenvolvimento pelo país, que deixou a condição de país periférico.
- (C) Com a diminuição do setor primário e da financeirização na economia do país, observou-se o fortalecimento do mercado interno e da industrialização, conforme as recomendações de pensadores destacados, como Celso Furtado.
- (D) A diversificação do consumo de massa e a intervenção do Estado na economia resultaram na diminuição dos lucros dos bancos e demais entidades financeiras, tendo em vista o direcionamento dos recursos para a indústria.
- (E) Apesar da política social dos anos 2000 ter propiciado maior consumo de bens e serviços por parte das famílias, isso não representou uma mudança na estrutura das desigualdades sociais brasileiras.



47. [...] a despeito das visíveis lacunas existentes na política regional, nesta década de 2000, a trajetória da desconcentração assumiu novos contornos mais benignos, e mesmo o crescimento econômico – que tão bem conviveu ao longo da história brasileira com níveis elevados de desemprego –, passou a se dar em cenário de pleno emprego nos mercados de trabalhos regionais. Avançou-se qualitativamente em relação ao comportamento predominante para a questão regional na década de 1990 marcado pelo baixo crescimento econômico, elevado desemprego e fraca atuação governamental. [...] Do ponto de vista do tratamento da questão territorial, o governo federal construiu uma agenda de fortalecimento das economias regionais que possibilitou uma atuação mais ativa do gasto em investimento federal em prol da desconcentração produtiva. O perfil regional do crescimento continuou sendo mais positivo para as economias 'periféricas' nessa fase de recomposição de recursos e instrumentos do desenvolvimento regional. Com isso, estas últimas apresentaram taxas superiores à média nacional: o Nordeste, com 1,0% acima da média brasileira; o Norte, com 3,5% acima; e a região Centro-Oeste, 1,7% superior.

(Adaptado de: MONTEIRO NETO, Aristides. **Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes**. Boletim regional, urbano e ambiental, n.9, Ipea, jan.-jun. 2014, pp. 67-81)

A respeito das desigualdades regionais do Brasil na década de 2000:

- (A) A atuação do governo com o fim de alterar o quadro de concentração territorial da atividade industrial continuou irrelevante, com o mercado definindo as prioridades nesta questão.
  - (B) Os esforços políticos e os resultados alcançados representaram importantes mudanças nas tradicionais desigualdades, mas a composição territorial das atividades econômicas permanece muito díspar entre as regiões.
  - (C) Em relação à distribuição das atividades industriais no território nacional, a concentração nas regiões Sul e Sudeste foi ainda maior do que nos anos anteriores.
  - (D) A política macroeconômica do governo federal impediu uma trajetória de crescimento das regiões menos desenvolvidas, tendo em vista sua política de restrição de crédito ao setor privado.
  - (E) O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) diminuiu sua participação no financiamento da política industrial do período, o que prejudicou a trajetória de investimentos no Norte e Nordeste do país.
- 
48. No que diz respeito às relações entre as realidades rural e urbana no Brasil:
- (A) A maior parte dos milhares de municípios brasileiros é densamente povoada.
  - (B) Em contraposição ao setor rural, que permanece arcaico, houve um acentuado desenvolvimento tecnológico urbano.
  - (C) Em relação ao campo, houve um declínio da participação do agronegócio no PIB do país devido ao predomínio do setor industrial urbano.
  - (D) A cultura rural, como a música sertaneja e as tradições religiosas, está desaparecendo devido ao crescimento das metrópoles urbanas.
  - (E) O êxodo rural está diretamente relacionado com o surgimento das periferias nas regiões metropolitanas.

49. Assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no país. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de  $\frac{3}{5}$  dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018.

(Adaptado de: IBGE. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019)

De acordo com as informações contidas no trecho acima, conclui-se:

- (A) Em 2018, a força de trabalho no Brasil estava dividida igualmente entre a população de cor ou raça preta ou parda e a população de cor ou raça branca.
- (B) A população de cor ou raça preta representava a maior parte da população desocupada e subutilizada no Brasil em 2018.
- (C) As pessoas de cor ou raça preta ou parda constituíam a menor parte da população brasileira em 2018.
- (D) A força de trabalho representada pela população de cor ou raça branca correspondia a 57,7 milhões de pessoas no Brasil em 2018.
- (E) A população de cor ou raça preta ou parda representava 25,2% da força de trabalho total no Brasil em 2018.



50. [...] A existência de um regime democrático é condição suficiente para a redução das desigualdades sociais? Sem surpresa, a ciência política apresenta [...] respostas divergentes para essa pergunta. [...] para esse debate, com base no exame da trajetória brasileira no período democrático contemporâneo [...], uma questão controversa precisa ser enfrentada: a desigualdade no Brasil caiu vertiginosamente ou permaneceu estável nos últimos trinta anos? [...] Fato é que há muitas maneiras de observar a desigualdade. Essas divergências entre os econométricos são explicadas pelo conceito e pela métrica adotados. A desigualdade de renda é estável se incluímos a renda proveniente de ativos financeiros e da propriedade no conceito de renda total e se empregamos os registros tributários como fonte de informação. A desigualdade de renda caiu se observamos apenas dados dos surveys domiciliares. A depender dessas escolhas, nossas inferências podem apontar em direções opostas.

Adaptado de: ARRETCHE, Marta. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, n. 96, 2018)

O tema das desigualdades sociais no Brasil permanece controverso, tendo em vista a variedade de conclusões a que chegam estudiosos das políticas públicas. A argumentação acima sobre este fato dispõe que

- (A) há estudos enviesados que fundamentam discursos políticos colidentes sobre o tema, cada um deles apegado a um autor famoso e suas teorias.
- (B) no regime democrático, não houve alteração no quadro das desigualdades sociais brasileiras, e o fato mais evidente disso é que ainda há pessoas que passam fome.
- (C) o método de uma pesquisa sobre desigualdades sociais não interfere em seus resultados, uma vez que desde a democratização do país a pobreza só tem aumentado.
- (D) o conceito de desigualdade social adotado é indiferente nesta discussão, pois a grande verdade é que continuamos vendo moradores de rua nas cidades do país.
- (E) às diferentes conclusões a que chegam os estudos, correspondem perspectivas teóricas e procedimentos científicos igualmente diversos.

#### Orçamento Governamental

51. A denominada reserva de contingência que integra a Lei Orçamentária Anual (LOA)
- (A) deve ser destinada à cobertura de déficit primário ou déficit corrente, quando verificado risco de não atingimento das metas fixadas na LDO.
  - (B) corresponde a um percentual da receita corrente líquida passível de utilização para cobertura de passivos contingentes, na forma estabelecida na LDO.
  - (C) consiste em um percentual obrigatório de contingenciamento de despesas para atingimento das metas fiscais.
  - (D) corresponde ao montante máximo para utilização na abertura de créditos extraordinários.
  - (E) somente pode ser aplicada em despesas de capital, quando verificada frustração da estimativa de arrecadação.
52. As receitas públicas podem ser classificadas sob diferentes perspectivas, uma delas a que diferencia receitas originárias de receitas derivadas, sendo
- (A) apenas as originárias consideradas receitas propriamente orçamentárias, enquanto as derivadas são de natureza extra-orçamentária.
  - (B) derivadas aquelas que decorrem da alienação de bens e originárias as obtidas através da prestação de serviços públicos.
  - (C) ambas decorrentes da arrecadação tributária, porém as originárias provenientes de impostos e as derivadas de taxas e preços públicos.
  - (D) originárias aquelas decorrentes da cobrança de taxas pelo exercício do poder de polícia.
  - (E) denominadas derivadas as que são arrecadadas com base no poder de império do Estado, tais como os impostos e outros tributos.
53. Conforme disciplina estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei complementar nº 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve contemplar, entre outros elementos,
- (A) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
  - (B) estimativas de incremento de gastos com regime próprio de previdência dos servidores do ente para o exercício seguinte e projeção para, no mínimo, quatro exercícios subsequentes.
  - (C) montante destinado a dotações inespecíficas ou insuficientes, passível de utilização como fonte para abertura de créditos especiais.
  - (D) total da exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
  - (E) proposta de percentual mínimo e máximo da receita corrente líquida destinado a garantias e contragarantias do ente.



54. Como corolário dos princípios de gestão fiscal responsável predicados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000) está o dever dos entes de instituírem e arrecadarem todos os impostos de sua competência e, nesse sentido, a LRF
- (A) estabelece que a ampliação de benefício de natureza tributária em vigor condiciona-se à demonstração de ausência de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três subsequentes.
  - (B) veda qualquer espécie de renúncia fiscal, admitindo apenas parcelamentos incentivados de impostos com redução de juros e multa e sem desconto no montante principal.
  - (C) admite a concessão de benefícios que importem renúncia fiscal quando, entre outros requisitos, seja demonstrado que foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
  - (D) estabelece que a renúncia fiscal na forma de incentivos e benefícios fiscais e financeiros fiscais somente é juridicamente viável se demonstrado seu benefício econômico e social e desde que não afete as previsões de arrecadação global para os próximos quatro exercícios.
  - (E) somente autoriza remissão e anistia de impostos se devidamente comprovado que os custos de cobrança administrativa e judicial superam o valor do montante principal atualizado do débito.
- 
55. Constitui exemplo de despesa de natureza extraorçamentária, o pagamento relativo a
- (A) contribuições ao regime geral de previdência e ao regime próprio dos servidores do ente.
  - (B) operações realizadas por fundos especiais de despesa instituídos por lei com contabilidade segregada.
  - (C) restos a pagar provenientes de despesas empenhadas e não pagas em exercício anterior.
  - (D) serviço da dívida, salvo relativo a operações de antecipação de receita orçamentária.
  - (E) precatórios e requisições de pagamento de obrigações de pequeno valor decorrentes de condenações judiciais.
- 
56. Considere que a proposta de Lei Orçamentária Anual de determinado ente tenha sido elaborada com base no conceito de um orçamento de base zero. Ao adotar tal opção,
- (A) o princípio do equilíbrio entre receitas projetadas e despesas autorizadas deve ser verificado de forma estrita, com projeção de déficit zero.
  - (B) o orçamento do exercício anterior não será utilizado como parâmetro ou montante mínimo das propostas, devendo cada gestor justificar suas reais necessidades de dotações.
  - (C) isso significa que a proposta baseia-se nas rubricas constantes do orçamento do exercício anterior, acrescentando apenas a projeção da inflação.
  - (D) não deverá haver aumento nominal das despesas autorizadas em relação àquelas que constaram da LOA do exercício anterior, salvo as relativas à saúde e à educação.
  - (E) a peça orçamentária não poderá prever nenhuma espécie de vinculação ou destinação de receitas a fundos, salvo aquelas previstas constitucionalmente.
- 
57. A disciplina acerca do Orçamento, de acordo com os preceitos constitucionais e legais que regem o tema, estabelecem
- (A) que a LDO deve ser acompanhada de Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais de resultado nominal, para o exercício a que se referirem e para os quatro seguintes.
  - (B) a realização de despesas de caráter continuado que não contem com dotação própria na LDO, a qual é considerada lesiva e sujeita o agente político às penas por crime de responsabilidade.
  - (C) vedação à inclusão de emendas parlamentares à LOA acima do limite de 1,2% da receita corrente líquida, sendo de execução obrigatória as emendas individuais até 50% de tal limite.
  - (D) o princípio da exclusividade, proibindo a previsão na LOA de disposições estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa, o que inclui vedação à autorização para contratação de operações de crédito.
  - (E) que a LOA deve contemplar o orçamento de investimento das empresas em que o ente federativo detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
- 
58. O Plano Plurianual constitui relevante instrumento de planejamento estratégico do governo no longo prazo e, na forma prevista na Constituição Federal, tem-se que
- (A) deve fixar o percentual máximo da receita corrente líquida que pode ser comprometido com despesas de caráter continuado nos próximos cinco exercícios.
  - (B) presta-se a estabelecer as metas fiscais para dois exercícios futuros e fixar os percentuais de contingenciamento em caso de não atingimento.
  - (C) contempla exclusivamente despesas de capital que ultrapassem um exercício financeiro, não contemplando planejamento em relação a despesas de custeio.
  - (D) deve estabelecer diretrizes, objetivos e metas não apenas para despesas de capital, mas também para outras delas decorrentes, incluindo despesas de caráter continuado.
  - (E) dispõe sobre projetos e ações governamentais que demandem financiamento mediante operações de crédito e fixa o limite máximo de endividamento.

**Direito Constitucional**

59. De acordo com a Constituição Federal, em relação às eleições presidenciais,
- (A) será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver, em primeiro turno, a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
  - (B) se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.
  - (C) será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver, em primeiro turno, a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
  - (D) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte de candidato, será considerado eleito aquele que com o falecido disputaria o segundo turno e, se houver desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.
  - (E) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais jovem.

**Administração Geral**

60. Diversos autores desenvolveram estudos e teorias para buscar explicar o fenômeno da motivação dos colaboradores no ambiente organizacional, sendo uma das mais conhecidas a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas de Maslow, segundo a qual
- (A) existe uma hierarquia implícita entre motivação positiva e negativa, sendo a primeira a mais relevante em termos de indução de comportamento e a segunda, de caráter punitivo, presta-se apenas a reforçar esses comportamentos.
  - (B) existe uma escala hierárquica das necessidades que o indivíduo busca atender, a qual pode ser representada por uma pirâmide onde na base se encontram as necessidades mais fundamentais, diretamente relacionadas com a sobrevivência.
  - (C) os extratos mais baixos da pirâmide social não são atingidos por fatores motivacionais, mas apenas por fatores de subsistência, razão pela qual situam-se na base da denominada Pirâmide de Maslow.
  - (D) as necessidades de pertencimento ou fatores de afiliação são o que há de mais relevante em termos motivacionais para o ser humano de todas as classes sociais e constituem a base da pirâmide motivacional.
  - (E) cada ser humano possui a sua própria hierarquia de fatores motivacionais, não sendo possível uma classificação ou hierarquização aplicável como regra a todos conforme predicavam alguns autores que antecederam Maslow.
61. Considere que determinada organização pretenda gerenciar seus estoques utilizando como método a Curva ABC. Ao adotar tal opção,
- (A) deverá seguir a lógica de Deming, segundo a qual apenas metade das matérias-primas necessitam estar disponíveis para uso imediato, sendo que as demais categorias de insumos podem ser repostas apenas quando efetivamente requeridas.
  - (B) caberá classificar os materiais em estoque de acordo com seu papel na cadeia produtiva de bens ou serviços, sendo, respectivamente: matéria-prima (A); insumos de produção (B) e itens de logística (C).
  - (C) deverá classificar os itens de estoque de acordo com o respectivo grau de perecibilidade, sendo os da categoria A os prioritários em termos de gerenciamento e reposição.
  - (D) os itens de estoque serão classificados por sua ordem de representatividade em termos de faturamento, levando em conta que, segundo o princípio de Pareto, em média 80% do lucro ou faturamento decorre de 20% dos produtos.
  - (E) estará buscando o máximo possível de giro de estoque e rapidez de reposição de materiais, mantendo, no máximo, 10% de itens em estoque fixo (categoria A), 20% em estoque rotativo (categoria B) e os demais para aquisição sob demanda (categoria C).
62. Uma organização constituída sob a forma matricial possui, como traço inerente, a existência do(s) denominado(s) centro(s) de resultados, que corresponde(m)
- (A) à estrutura flexível, que não corresponde a órgão, formada exclusivamente para desenvolvimento e acompanhamento do planejamento estratégico.
  - (B) a órgãos não permanentes, vinculados a projetos da organização e com existência adstrita à própria duração do prazo de execução do projeto.
  - (C) ao órgão central, de natureza permanente, responsável pela apuração das metas estabelecidas no planejamento estratégico da organização.
  - (D) aos núcleos estratégicos formados no âmbito de cada departamento para aferição das metas setoriais e operacionais.
  - (E) ao órgão responsável pela apuração de lucros ou prejuízos da organização, que, no modelo matricial, é feita de forma centralizada para toda a organização.

**Direito Administrativo**

63. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. Segundo a Lei nº 8.429/1992,
- (A) a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade; já a suspensão da prescrição produz efeitos exclusivamente àquele que deu ensejo à causa suspensiva.
  - (B) nos atos de improbidade conexos, ainda que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles não se estenderá aos demais, haja vista as particularidades concernentes a cada fato.
  - (C) interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo descrito no enunciado, ou seja, por quatro anos.
  - (D) o juiz ou o tribunal deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora, não se exigindo prévia oitiva do Ministério Público para tanto.
  - (E) não constitui causa interruptiva da prescrição a publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória.

**Direito Financeiro**

64. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, são receitas correntes, dentre outras,
- (A) as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
  - (B) os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
  - (C) as provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos.
  - (D) a tributária e o *superavit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes.
  - (E) a tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

**Direito Tributário**

65. Considere.
- I. Tributo consiste em toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei, e cobrada mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.
  - II. A natureza jurídica específica do tributo é determinada, dentre outras formas, pelo fato gerador da respectiva obrigação.
  - III. É irrelevante para qualificar a natureza jurídica específica do tributo a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- Segundo o Código Tributário Nacional, está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) II, apenas.

**Direito Civil e Penal**

66. Considere as seguintes cláusulas:
- I. Estabelecem inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
  - II. Determinam a utilização compulsória de arbitragem.
  - III. Deixam ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.
  - IV. Possibilitam a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- Em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que constam em
- (A) I, II e III, apenas.
  - (B) I, II, III e IV.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I e IV, apenas.
  - (E) II, III e IV, apenas.



67. Considere os seguintes casos hipotéticos:

- O Prefeito Maurício ordenou operação de crédito externo, sem prévia autorização legislativa, e está sendo processado pelo crime de contratação de operação de crédito, previsto no artigo 359-A, do Código Penal, e após o trâmite regular do processo Maurício é condenado pelo Magistrado competente a cumprir pena de reclusão de 1 ano.
- Marilda ingressou no território brasileiro importando mercadorias proibidas do Paraguai e foi presa em flagrante. Ela está sendo processada por crime, em tese, de contrabando, previsto no artigo 334-A, do Código Penal, e após o trâmite regular do processo Marilda é condenada pelo Magistrado competente a cumprir pena de reclusão de 3 anos.
- Rodolfo, administrador público, realiza a contratação sem licitação de uma empresa para executar uma obra pública e é denunciado e processado pelo crime de contratação direta ilegal, previsto no artigo 337-E, do Código Penal. Ao final da regular instrução do feito Rodolfo é condenado pelo Magistrado competente a cumprir pena de reclusão de 5 anos e multa.

Nos termos preconizados pelo Código Penal, considerando que todas as pessoas acima mencionadas não são reincidentes em crimes dolosos, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade dos condenados, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que o benefício é suficiente, o Magistrado competente poderá substituir em sentença as penas privativas de liberdade fixadas por penas restritivas de direitos para

- (A) Maurício, Marilda e Rodolfo.
- (B) Marilda e Rodolfo, apenas.
- (C) Maurício, apenas.
- (D) Maurício e Marilda, apenas.
- (E) Marilda, apenas.

### Políticas Públicas em Contexto Federativo

68. Em relação às políticas sociais contemporâneas no Brasil:

- (A) O impacto positivo de tais políticas junto à população pobre do país foi ampliado com o aperfeiçoamento das relações entre União, Estados e municípios, com responsabilidades divididas e papéis definidos.
- (B) A ausência de estruturas de incentivos vinculados à adesão dos municípios resultou na ineficiência dos programas, com desperdício de recursos e bloqueio do acesso para muitas pessoas, tendo em vista as disputas eleitorais de ocasião.
- (C) O sistema corporativo é predominante, no qual o padrão de proteção social está condicionado ao vínculo com o mundo do trabalho e direcionado a algumas categorias profissionais.
- (D) São caracterizadas pela centralização das decisões na burocracia de Brasília e pela condução das ações pelo governo federal, o que garante a eficácia das políticas.
- (E) O impacto dos programas de transferência de renda na diminuição das desigualdades foi reduzido, e sua repercussão nas economias locais limitou-se ao aumento das vendas de cestas básicas.

69. Sobre o papel governamental na definição e implementação das políticas públicas, pode-se afirmar:

- (A) O avanço da globalização contribuiu para reduzir a atuação do governo a um mínimo necessário, perdendo sua capacidade de intervir diante de um determinado problema.
- (B) Apesar das influências e pressões recebidas, há uma autonomia relativa na atuação dos governos como resultado da complexificação do Estado e das relações políticas que o envolvem.
- (C) O governo é o reflexo dos interesses ocasionais de grupos de pressão e de movimentos sociais, por isso, suas ações trazem objetivos eleitorais predeterminados.
- (D) Na atuação do governo, baseada no profissionalismo e no racionalismo da burocracia, ocorre uma separação entre o Estado e a sociedade, entrevedendo-se aí, respectivamente, o polo ativo e o polo passivo das políticas.
- (E) O monopólio exercido pelo governo em todo o processo do ciclo de políticas públicas é a consequência de sua excelência técnica, que contrasta com o amadorismo da sociedade civil.

70. Considere as seguintes afirmações sobre o ciclo de políticas públicas.

- I. A implementação da política pública não se reduz aos instrumentos de gestão a serem mobilizados pelos funcionários públicos para esse fim, mas depende também do envolvimento dos atores políticos interessados e da disponibilidade e garantia dos recursos necessários.
- II. Embora conte com ampla participação cidadã e de outros agentes políticos, a tomada de decisão a respeito de uma política pública a ser implementada constitui um exercício estritamente técnico, que se baseia nos planos já formulados para a escolha de uma ou mais opções dentre as disponíveis.
- III. A construção da agenda governamental diz respeito ao momento em que determinado problema torna-se, de modo mais amplo, uma questão pública, incorporando-se às instituições, aos poderes e à legislação, como resultado do cruzamento de inúmeras ações, interesses e visões de mundo.
- IV. A avaliação diz respeito a um evento do passado, que procura saber, a partir de critérios exclusivamente objetivos, se os instrumentos utilizados na implementação de uma política pública foram adequados para a solução do problema identificado inicialmente.
- V. A formulação da política pública refere-se ao processo de construção de um rol de opções baseadas em evidências com o fim de definir uma de linha de ação comum em relação aos diferentes problemas reconhecidos na agenda do governo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e V.



## DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: itens 10.2 Para todos os Cargos/Especialidades, a Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de uma questão prática, para a qual o (a) candidato (a) deverá apresentar, por escrito, a solução. [...] 10.6 Para todos os Cargos/Especialidades, a Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o (a) candidato (a) que nela obtiver nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta). 10.7 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados nas provas. 10.8 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os (as) candidatos (as) valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.9 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.9.1 fugir ao tema proposto; 10.9.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.9.3 for assinada fora do local apropriado; 10.9.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do (a) candidato (a); 10.9.5 estiver em branco; 10.9.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.9.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.10 Respostas que apresentarem trechos reproduzidos de textos já divulgados em fontes de acesso público a que a Banca Examinadora tenha acesso, ou que apresentem cópia de trecho dos textos motivadores, de questões ou textos da prova objetiva, poderão ser penalizadas com redução drástica da nota. [...] 10.12 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 linhas estabelecido para responder a questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.13 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo (a) candidato (a) será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.14 Eventuais marcações nos enunciados das questões, que não excedam a palavras sublinhadas ou circuladas, não trarão prejuízo à correção da prova.

**QUESTÃO 1**

Suponha que o Estado esteja enfrentando dificuldades de caixa, dado que a arrecadação estimada na Lei Orçamentária Anual (LOA) não estaria ocorrendo de acordo com as respectivas projeções. Diante de tal cenário, cogita-se a adoção de algumas medidas para fazer frente à situação, entre as quais:

- a. realização de operação de antecipação de receita orçamentária;
- b. utilização de saldos apurados em balanços de fundos de despesa ao final do exercício;
- c. alienação de imóveis.

De acordo com a legislação de regência, em especial a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, responda, de modo fundamentado, a viabilidade jurídica de cada uma das medidas pretendidas para fazer frente a (i) investimentos, (ii) despesas de pessoal e (iii) de custeio em geral, indicando, expressamente, os respectivos fundamentos legais, requisitos, condicionantes e especificidades.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	



24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO